



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

25 e 26 DE
ABRIL DE
2020



REPÓRTER

70

> CONTAMINAÇÃO NINGUÉM ESCAPA

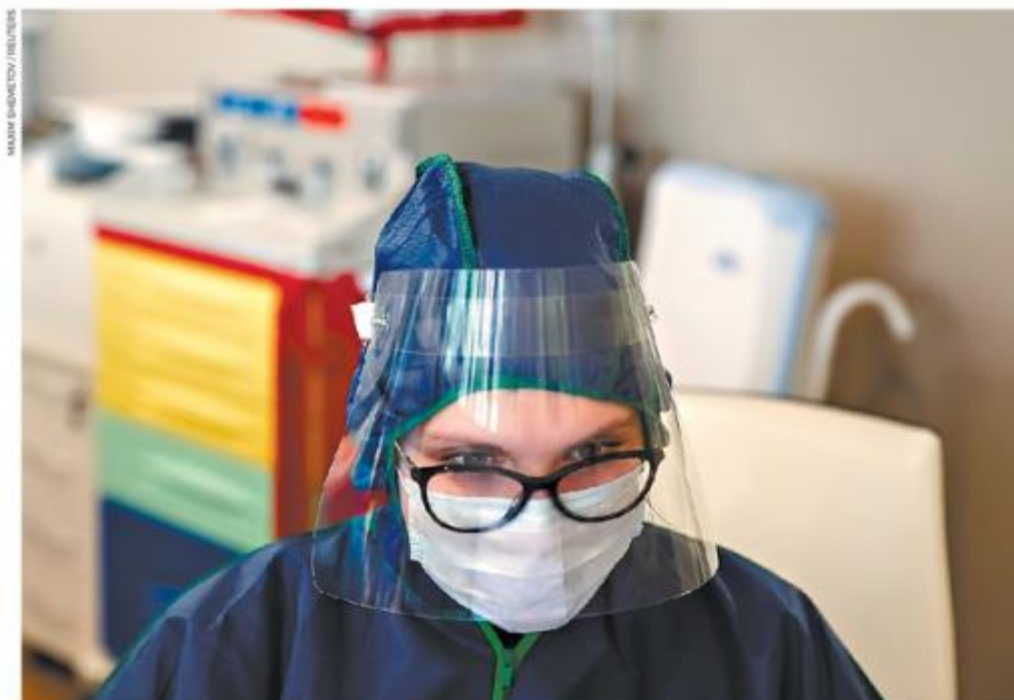
O novo coronavírus pegou carona e chegou à cidade mais pobre do Marajó - Santa Cruz do Arari, aquela em que um prefeito mandou descartar mais de 100 cães que viviam nas ruas e que, segundo o gestor, contaminavam a população da cidade. Por conta disso, o prefeito recebeu severa pena da Justiça, que ainda está cumprindo. Hoje, Santa Cruz do Arari registra tantos casos que até a secretária de Saúde e o diretor do hospital municipal estão sob suspeita de covid-19.

> OAB JUSTIÇA

A OAB acionou o Conselho Federal para solicitar ao CNJ que determine às Cortes de Justiça no Pará investimentos em digitalização de processos físicos, levantamento, acompanhamento e publicação de dados relativos à produtividade individualizada das Varas neste período de isolamento social, além da utilização de plataformas para realização de atos virtuais e os contatos dos magistrados.

> JUSTIÇA PRAZOS

Outra demanda diz respeito à formação de um comitê de crise pela Justiça Estadual, com a participação da Ordem, Ministério Público e outras entidades. A seccional paraense já havia acionado o Conselho Federal para pleitear ao CNJ o retorno da contagem dos prazos nos processos judiciais que tramitam em meio eletrônico, levando em consideração os resultados obtidos por meio de pesquisa realizada junto à classe advocatícia.



A Prefeitura de Belém tem até segunda-feira para fornecer os Equipamentos de Proteção Individual. A Sesma diz que as EPIs estão disponíveis.

Procurador diz que EPI's estão garantidas

Termina na próxima segunda-feira, 27, o prazo de cinco dias úteis dado pela Justiça Estadual para que o Município de Belém cumpra a obrigação imposta de fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao desempenho das funções dos servidores lotados nas unidades de saúde municipais. A prorrogação foi concedida pela desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque, da 1ª Turma de Direito Privado do TJPA, no Plantão Judicial Cível do 2º Grau do último domingo (19). A desembargadora acatou em parte o recurso ingressado pelo Município de Belém, após decisão de juízo de 1º Grau, no último dia 16, em Ação Civil

Pública ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará (Sindsaúde). De acordo com o procurador geral do Município, Daniel Silveira, o órgão reuniu as informações necessárias junto à Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) e pediu complementações para cumprir da melhor maneira. Existia a possibilidade de as respostas serem enviadas ainda ontem à Justiça Estadual. "Precisa mostrar os estoques, aquilo que foi entregue, que o equipamento entregue para o hospital foi entregue para o profissional", ressalta. Daniel Silveira afirma que, pelas informações colhidas junto à Sesma, os equipamentos de pro-

teção individual estão garantidos para os profissionais da área de saúde, inclusive com material em estoque e reabastecimento previsto, com processos de compra em curso e contratos fechados. "A gente está só aguardando os documentos, mas a nossa linha de defesa é essa. O nosso recurso foi nesse sentido. Existe um sistema, na Sesma, que demonstra que o que tem sido pedido pelas unidades de saúde tem sido atendido e que existe ainda um saldo de estoque". Em nota, a Sesma informou que tem disponibilizado equipamentos de proteção individual já existentes no seu estoque a fim de não deixar as unidades desabastecidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PREFEITO DE ÓBIDOS

Justiça ordena indisponibilidade de bens

A Justiça Estadual determinou a indisponibilidade de bens do prefeito de Óbidos, dois ex-prefeitos e outros envolvidos em quatro Ações Cíveis Públicas por improbidade administrativa ajuizadas pela promotoria do município. As decisões do Tribunal de Justiça do Pará foram proferidas em segunda instância após recursos do MPPA, e comunicadas ao promotor de justiça Osvaldino Lima de Sousa. As ações do MPPA referem-se a contratação de serviços de maneira irregular. A reportagem tentou contato com a Prefeitura de Óbidos e o próprio prefeito, Francisco José Alfaia de Barros, mas não obteve resposta até o

fechamento desta edição. Uma das decisões, que cita o atual prefeito, o juiz Cleilton Salomão, em cumprimento à ordem da desembargadora Ezilda Pastana Mutran, do dia 3 de abril, determinou a indisponibilidade de bens do gestor municipal e de Moisés Portela da Silva e Maria Silvia Martins Comaru Leal, no valor de R\$96.900,00, que deverá recair sobre o patrimônio de modo suficiente para garantir o ressarcimento integral do prejuízo ao erário e possível multa. Foi decretada também a quebra do sigilo bancário e fiscal dos requeridos. Segundo o MPPA, não foram observados os parâmetros legais

da Lei 8.666/93, no contrato firmado entre o prefeito de Óbidos, o Secretário municipal de Saúde à época, e a contratada, para prestação de serviços de Consultoria, Auditoria, Controle e Avaliação em Saúde em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, entre fevereiro e dezembro de 2018, no valor total de R\$ 96.900,00. Em outra decisão, do dia 6 de abril, a desembargadora Ezilda Pastana determinou que a medida cautelar requerida pelo Ministério Público seja deferida, e decretou a indisponibilidade de bens de Mario Henrique de Souza Guerreiro (ex-prefeito), JR Comércio e Assessoria Contábil- LTDA, Jonas Pinheiro Reis e Jurandir Pinheiro Reis.

LINHA DIRETA

O juiz Haendel Moreira Ramos, da Comarca de São Félix do Xingu, atendeu Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público e mandou que a prefeita Minervina Maria de Barros anule o artigo 2º, do parágrafo 2º, do Decreto Municipal 2940/2020, republicado em 16 de abril de 2020.

O ato da prefeita permitia o funcionamento de restaurantes, padarias, lanchonetes e lojas de conveniência, descumprindo o Decreto Estadual 609/2020. Com a decisão, os estabelecimentos comerciais continuam fechados em São Félix, podendo atender somente pelo sistema de entregas ou retiradas no local.

Ação do Instituto Alcoa realizou ontem em Juruti a entrega de cestas básicas para famílias de profissionais que estão diretamente impactados com a pandemia. São estivadores, vendedores ambulantes, taxistas e mototaxistas, manicures, músicos, cozinheiros, vigilantes e outros trabalhadores informais.

A 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Redenção determinou o remanejamento de 14 idosos de um abrigo privado para o espaço municipal de acolhimento. A medida ocorreu a pedido do Ministério Público do Estado, em função de o abrigo não cumprir recomendações quanto à infraestrutura e pessoal.

SERIA MILICIANO, SEGUNDO A POLÍCIA DETIDO EM MARABÁ

O acusado, de acordo com a Polícia Civil, faria parte de um grupo de extermínio no sudeste do Pará. O bando estava sendo investigado desde 2018. Outros dois suspeitos já estavam presos

“THANATUS”

Alessandra Gonçalves

DE MARABÁ

Uma operação da Polícia Civil resultou na prisão de um homem acusado de integrar um grupo de extermínio em Marabá, sudeste do estado. A 3ª fase da “Thanatus” tinha como objetivo o cumprimento de prisões preventivas. A Polícia Civil desde 2018 vinha investigando o grupo de extermínio responsável por vários assassinatos na cidade. Joe Luiz Silva Júnior foi preso na quinta-feira (23). Dois outros homens que também seriam integrantes da associação criminosa já estavam presos.

O delegado Vinicius Cardoso explicou que o objetivo da operação era desarticular o grupo de extermínio, com atuação na área da Nova Marabá. “Em meados de 2019, foi deflagrada a 1ª fase, em que uma peça central dessa organização foi presa”, informou o delegado.

Vinicius Cardoso informou que a partir daí no final de 2019 foi deflagrada a 2ª fase em que outro integrante deste grupo também foi capturado e nesta quinta deflagrada a 3ª fase, com a captura de mais um integrante. “É bom ressaltar que essa quadrilha encontra-se totalmente desarticulada. No entanto, a gente não descarta a participação de outros au-



Joe Luiz Silva Júnior foi preso na quinta-feira (23). As informações são do delegado Vinicius Cardoso
FOTO: DIVULGAÇÃO

tores nesse crime, bem como outras vítimas por ventura assassinadas por esse mesmo bando”, informou o delegado.

CRIME

Após um ano de investigação as prisões iniciaram. O primeiro a ser preso foi Mairon da Costa Fontes. Ele é apontado como autor de diversos homicídios na região, além de extorsões e intimidações de moradores da área da Nova Marabá, sendo identificado como indivíduo de alta periculosidade.

Ele está atualmente custodiado no presídio Metropolitano da capital em razão de dois mandados de prisão preventiva. O segundo a ser preso foi Bruno Rodrigues dos Santos, que dava fuga para Mairon, depois dos assassinatos. Ambos teriam assassinado dois homens em agosto de 2018. Uma das vítimas, Máximo Carlos Bezerra da Silva, teria sido morto por engano.

E o terceiro Joe Luiz Silva Júnior preso na quinta, acusado de praticar um homicídio no dia 13 de julho de 2019, em um bar no Balneário das Mangueiras, às margens do rio Tocantins.

De acordo com o delegado Vinicius Cardoso, as investigações da Polícia Civil prosseguem, objetivando a colheita de provas, identificação de outras vítimas e chegar a outros criminosos, ligados ao grupo de extermínio. A palavra “Thanatus”, segundo a mitologia grega, era a personificação da morte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MARITUBA

Aterro sanitário deve ter responsabilidade conjunta

COPARTICIPAÇÃO - Prefeitura de Belém vê a formação de consórcio intermunicipal como solução para a gestão de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém



Zenaldo diz que Belém aguarda a conclusão do processo licitatório para contratação de consultoria especializada

A Prefeitura Municipal de Belém acredita que a formação de um consórcio intermunicipal na Região Metropolitana assegura mais chances de se elevar a capacidade técnica e de gestão na escala de tratamento de resíduos sólidos, para os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. Com esse propósito, a PMB anuncia que está concluindo o processo licitatório para contratação de uma consultoria especializada em modalidades de consórcio intermunicipal para gestão dos resíduos sólidos na RMB.

Em julho de 2019, uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Estado (TJE), em Belém, presidida pelo desembargador Luis Gonzaga Neto, decidiu pela continuação do funcionamento, por mais dois anos, do Aterro Sanitário de Marituba, único espaço licenciado para a disposição final dos resíduos da Região Metropolitana, enquanto os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, buscam um aterro definitivo.

Os aterros sanitários são obras complexas, que exigem constante manutenção.

A Secretaria Municipal de Saneamento de Belém (Sesan) reitera que nenhum município pode prescindir de um aterro sanitário como etapa final da cadeia produtiva do lixo. O que varia é o tamanho do lugar e o nível de sua disposição sanitária e ambiental adequada, em função das tecnologias de tratamento dos resíduos utilizadas.

A Prefeitura de Belém já realiza a coleta e o transporte do lixo para a destinação final no aterro de Marituba. A coleta domiciliar na capital é dividida em 41 roteiros diurnos

e 40 noturnos, de segunda a sábado. No domingo são coletados resíduos de feiras e mercados, complementando a coleta nesses espaços, que também ocorre em outros dias da semana.

De acordo com a Sesan, cerca de 340 trabalhadores estão envolvidos na coleta de resíduos da cidade, em 45 ca-

CONTINUA...

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Todo sistema biológico precisa de equilíbrio

minhões. Diariamente, cerca de mil toneladas de resíduos procedentes da coleta domiciliar são recolhidas e enviadas ao aterro sanitário de Marituba, e 500 toneladas de entulho são destinadas para o Aurá, desativado em 2015, ano em que passou a receber apenas material inerte e não poluente.

A Sesan afirma que a utilização do Aurá demandaria um alto custo de investimento para um período curto de vida útil. "Pior cenário para que haja uma solução mais adequada para a Região Metropolitana de Belém. Insistimos também na importância de participação do Estado do Pará, justamente por se tratar de Região Metropolitana e em face das obrigações decorrentes do Estatuto da Metrôpole", diz a Sesan, por meio de um comunicado.

TRABALHO

Faltando pouco mais de um ano para o aterro sanitário de Marituba parar de receber resíduos sólidos, em maio de 2021, a PMB avança para fechar a contratação da consultoria especializada que contribua para a definição da modelagem para o tratamento e destino final dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belém.

A Procuradoria Geral do Município de Belém protocolou junto ao Ministério Público em Marituba, em 2 de março de 2020, a proposta de um cronograma de trabalho

Um aterro sanitário funciona como um sistema biológico: recebe resíduos que entram em decomposição, gerando gases e chorume, o líquido poluente, de cor escura e odor nauseante, originado de processos biológicos, químicos e físicos da decomposição de resíduos orgânicos. O trabalho principal de um aterro sanitário é controlar esse processo de tratamento, direcionar o chorume para o tratamento e os gases à queima. O aterro de Marituba opera 24 horas,

tário é controlar esse processo de tratamento, direcionar o chorume para o tratamento e os gases à queima.

O aterro de Marituba opera 24 horas, de segunda a sábado. Aos domingos, fecha às 16h. Ele funciona para o recebimento e o tratamento dos resíduos.

"Então, há todo um trabalho de se preparar as células, impermeabilizar o solo, direcionar a drenagem dos gases emitidos e do chorume. O aterro funciona dentro das normas legais e técnicas e vem atendendo a contento, inclusive, fizemos pesquisas de opinião com a população, os moradores reconheceram que muitas questões melhoraram significativamente", afirma o diretor regional da Guamá Tratamento de Resíduos, Ângelo Castro.

Ele informou que, por dia, chegam aproximadamente 1.300 toneladas, o que em média dá 40 mil toneladas/mês.

"Há uma atenção especial em relação ao odor, que é inerente da atividade de um aterro. Mas estamos atentos

CONTINUA...

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

para a criação do consórcio, bem como propôs a elaboração da modelagem técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços.

“O município de Belém aguarda a conclusão do processo licitatório para contratação da consultoria, que é fundamental para que se encontre a solução definitiva após o esgotamento da capacidade do aterro em funcionamento. As propostas que foram apresentadas pelo município de Marituba não foram compartilhadas para que se pudesse examinar sua conveniência técnica e econômica. Apenas um estudo pormenorizado pode apontar caminhos pra solução de tal problema”, observou o prefeito Zenaldo Coutinho.

a isso, o que envolve cobertura diária de resíduos, aumento da quantidade de drenos de gases e a queima desses gases, que também ameniza a geração de odores. As lagoas que acondicionam o chorume estão totalmente fechadas, cobertas, isso ajuda também a minimizar o odor”.

Há um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) emergencial assinado em 2018 junto ao Ministério Público, que prevê medidas de tratamento dos resíduos, chorume e gases. “Nós estamos em interação constante com o MP e com a UFPA (Universidade Federal do Pará), pela Fadesp (Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, que apoiam essas medidas. Ainda existem algumas medidas pendentes que dependem de licenciamento da Semas, e isso já colocamos recentemente para o MP. Mas entendemos que o TAC está adimplente pela empresa”, disse o diretor da Guamá Tratamento.

LIVRO EM PROSA

Milton Nobre faz estreia
NO MEIO LITERÁRIO

SIMPLICIDADE - Se houver questionamento, significa que houve compreensão do texto

Histórias sobre as realidades humanas, complexas teias de sentimentos e emoções pitorescas ou bizarras estão no livro "O Declamador e outras Histórias", que representa a estreia do desembargador Milton Nobre, decano do Judiciário paraense, na literatura em prosa. O livro reúne 20 contos de autoria do desembargador com lançamento virtual nessa segunda-feira, 27, e ficará disponível no site www.odeclamador.com.br, que vende exclusivamente para Belém. A publicação poderá ser adquirido nos demais municípios pelos sites www.allprinteditora.com.br ou www.amazon.com.br.

Em meio século de atividades profissionais no Direito, Milton Nobre tem ampla experiência na área como jurista, estudioso da Ciência do Direito, advogado e dirigente da Ordem dos Advogados do Brasil da Seção Pará (OAB-PA) e integrante do Conselho Federal, presidente do Instituto dos Advogados do Pará e da Academia Paraense de Letras Jurídicas. Ao

ingressar na Magistratura, pelo Quinto Constitucional, fez carreira presidindo o Tribunal de Justiça do Pará (TJ), o Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil e integrado o Conselho Nacional de Justiça indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

Com uma vida dedicada ao Direito, Milton Nobre revela que nunca teve inspirações literárias fora do

Obra será lançada de forma virtual e permanecerá à disposição para venda de exemplares

campo jurídico. O autor confessa que mesmo com essa ampla experiência ficou inseguro com o lançamento do primeiro livro literário. "Esse campo é muito sensível a aspectos estéticos, onde os modos ou modas são extremamente sofisticados. As formas quase sempre terminam possuindo valor semelhante e, não raro, superior ao conteúdo. Portanto,

quem resolve iniciar nesse caminho não pode se sentir totalmente seguro", declara. Os contos foram escritos entre o final do ano passado e no início deste.

O autor que têm o hábito de ler dois livros ao mesmo tempo, sendo um de Direito e outro de assuntos diversos, inclusive romances. "Acabo de ler a obra de Laurentino Gomes "Escravidão", primeiro volume, um precioso relato histórico de um dos mais tristes episódios da história luso-brasileira", conta. Após este lançamento, Nobre já pesquisa e trabalha em uma monografia sobre teoria das decisões judiciais. "Um estudo de natureza epistemológica a respeito de como os juízes decidem na prática brasileira", adianta.

O livro "O Declamador e outras Histórias" nasceu de uma provocação insistente feita por um velho amigo do desembargador, o advogado Célio Simões de Souza, que sempre o incentivou a escrever os contos. O amigo dizia que Milton Nobre sabia como contar histórias. "Esses contos são ficcionais. Pedacos de vidas imaginados.

Milton Nobre diz que o ingresso na literatura requer a busca pelo conteúdo superior e que o escritor não deve se sentir seguro quanto a tudo



Há quem diga que os contos escondem realidades vistas ou passadas, guardadas nas profundezas da mente do autor. Até alguma coisa pode ser. O leitor também é livre para imaginar e pensar o que quiser. Aliás, se esse tipo de percepção existir, significa que os contos de "O Declamador" foram lidos e, portanto, estarei recompensado", explica Nobre.

Na observação do presidente da Academia Paulista de Letras, José Renato Nalini, a leitura de "O De-

clamador e Outras Histórias" comprova a vocação literária de Milton Nobre, com "vinte exemplares significativos do melhor apuro na arte de contar histórias" e ensinam "tolerância, solidariedade, generosidade, sensibilidade, tudo aquilo que tem sido negligenciado em tempos de ira". Já Amarillis Tupiassu, doutora em Letras pela UFRJ e crítica literária, enfatiza ser "verdade que o jurista decidiu transitar pela seara da beleza estética e faz bonito."

O livro tem como contos "Numa tarde de verão", passando por narrativas ternas, em "Os meninos, o fio e os brinquedos", pela ânsia por encontrar o porto seguro de um amor definitivo em "Desencontros", abrindo espaço para o humor em "João, o embaralhado", "A sorte é que deu macaco" e "O declamador", que "são dignos de antologia das mais pitorescas e bizarras descrições daquilo que acontece em nossa peregrinação pelo planeta", nas palavras de Nalini.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS
LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

Expansão

O TJ-PA vai expandir o Sistema de Processo Judicial Eletrônico Criminal, antecipando o cronograma de implantação em todo o Estado, prevista para o final deste ano considerando o quadro de pandemia e a determinação do Regime Diferenciado de Trabalho (RDT) em todo o Judiciário, com tele trabalho e plantões, o presidente do Tribunal desembargador Leonardo Tavares, determinou um plano de contingência para implantar o Módulo Criminal, com previsão para operar a partir do dia 1/06. A conclusão de implantação é agosto, quando todos os processos criminais deverão iniciar de forma exclusivamente eletrônica.

Índice

O número de oficiais de justiça contaminados por Covid-19 no Pará chamou a atenção do sindicato da categoria. Atualmente 10 Oficiais de Justiça estão em tratamento, assim como o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Leonardo Tavares, que também foi infectado. O Pará é o Estado com maior índice de contaminação por Coronavírus do Brasil entre os tribunais, segundo o Sindojus-PA. Os oficiais de justiça por terem uma atividade externa, estão mais vulneráveis a contaminação. Segundo a diretoria do sindicato, novas medidas serão adotadas pelo Tribunal para evitar a proliferação.



MILTON NOBRE LANÇA SEU PRIMEIRO LIVRO DE CONTOS EM PLATAFORMA ON-LINE

O livro "O Declamador e Outras Histórias", primeiro livro de contos do desembargador paraense Milton Nobre, que reúne realidades humanas, sentimentos e emoções em situações por vezes pitorescas ou bizarras será lançado amanhã, na plataforma on-line por meio do site www.odclamador.com.br, que vende exclusivamente para Belém. Nacionalmente, a venda será feita pelo site www.alprinteditora.com.br. Sempre ligado às letras e ao pensamento jurídico, Milton Nobre é professor de Direito há 50 anos. Lançou diversos títulos na área técnica e obras coletivas ligadas à Justiça. Para o autor, o livro não tem outro objetivo se não distrair o leitor "com narrativas de pedaços da vida imaginária".



TRT-8: Turmas realizam primeiras sessões on line e julgam 386 processos

Desembargadores que compõem a 2ª e a 3ª Turmas do TRT-8 realizaram na última quarta as primeiras sessões on line de julgamento de processos eletrônicos dessas Turmas. A sessão on-line da 2ª Turma teve início às 9h e se estendeu até às 14h e contou com a participação dos desembargadores Eliziário Bentes, presidente da sessão, e dos desembargadores Gabriel Napoleão Velloso Filho e Paulo Isan Coimbra da Silva Júnior, além do decano da Corte, desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca. Um total de 118 processos foram julgados. Na 3ª Turma a sessão on-line iniciou às 12h11 e encerrou às 19h47. Foram julgados 268 processos. As sessões on-line foram transmitidas ao vivo pelo Canal do TRT-8 no You Tube



OAB-PA debate efeitos da pandemia no exercício da advocacia

A OAB-PA conduziu, no último dia 20, por meio de videoconferência, reunião com o Conselho Seccional e os presidentes de subseções da OAB, mediada pelo presidente Alberto Campos, contando com a participação do presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Pará, Francisco Freitas; e do presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da ordem, Bruno Castro. Na pauta as medidas adotadas pela instituição no período de pandemia para reduzir os efeitos da crise no exercício da advocacia. Os integrantes do sistema OAB-PA debateram alternativas relacionadas à prestação jurisdicional e quais providências ainda podem ser tomadas.

Advogados realizam Live para debater liberdade de ir e vir na pandemia

O advogado criminalista e professor Tiago Brito participou, na última terça-feira, de uma Live de uma hora sobre a "Liberdade de Ir e Vir em Época de Pandemia e os Decretos do Governador do Pará Heider Barbalho". O bate-papo foi ao lado dos advogados Brenno Moraes Miranda e Henrique Sauma. A ideia surgiu depois de vários questionamentos de acadêmicos de universidades sobre a competência dos Governos Estaduais sobre edição de decretos dessa natureza. Tiago ressaltou na transmissão a forma democrática e eficaz que o governador tratou do



assunto: "O decreto assegura a liberdade de locomoção e garante a redução da propagação do Covid-19".

VERBIS

Às vésperas do prazo de fechamento de cadastro eleitoral, previsto para dia 6/05, o aplicativo e-Título, título de eleitor digital da Justiça Eleitoral, oferece um serviço fundamental aos eleitores. Pode ser baixado em qualquer plataforma (Android e iOS); é gratuito e fornece dados como zona eleitoral, situação cadastral, além das certidões de quitação eleitoral e de crimes eleitorais.

Dessa forma não há necessidade de ir pessoalmente ao cartório eleitoral. Com o e-Título, o eleitor tem acesso ao seu histórico por meio do "Certidão de Quitação", que informa se o cidadão possui alguma pendência a ser sanada com a Justiça Eleitoral.

Na Unama as aulas têm seguido com o uso da plataforma Teams, produto da Microsoft, e as avaliações vão ocorrer, garantido a conclusão dos estudos, em

especial para os colandos. Na coordenação geral do Curso de Direito, a professora Eulina Maia Rodrigues.

O Instituto dos Advogados do Pará (IAP) que completa em 2020 95 anos de fundação, teve que adiar a celebração que aconteceria no mês de maio para o final do ano. E como não está conseguindo realizar seus concorridos almoços-palestra, aderiu ao webinar, via plataforma zoom, para promover eventos jurídicos. Na coordenação do projeto os advogados João Paulo Mendes Neto e Brenda Araújo.

O Juiz do trabalho Harley Wanzeller Couto da Rocha, da 1ª Vara do Trabalho de Marabá, que tem jurisdição em 12 municípios do Pará sudoeste do Pará determinou que R\$ 216.559,61, acrescido de juros e correção monetária, fosse doado ao Hospital Regional de Marabá, referência para atendimento de pacientes com Covid-19 na região.



ESPERANÇA BESSA
esperanca.bessa@diariodopara.com.br



ESTREIA EM PROSA

"O Declamador e outras Histórias" marca a estreia do desembargador Milton Nobre, decano do Judiciário paraense, na literatura em prosa. O livro, que reúne contos de autoria do desembargador, será lançado virtualmente amanhã e ficará disponível no site www.odeclamador.com.br, que vende exclusivamente para Belém. O livro poderá ser adquirido nos demais municípios pelo site www.allprinteditora.com.br ou www.amazon.com.br. **1070-09/ABACIO**

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Decisão abrange todos os concursos cujos prazos de validade não tenham expirado até a publicação do decreto legislativo 6 de 2020, de 20 de abril.
FOTO: G. FERREIRA/AGÊNCIA CNJ

PANDEMIA

CNJ suspende validade de certames

Em decorrência da crise do Covid-19, concursos do Poder Judiciário terão seus prazos de validade suspensos temporariamente, decide Conselho Nacional de Justiça

BOA NOTÍCIA

Fernando Cezar Alves
JC CONCURSOS

Boa notícia para quem aguarda nomeação em concursos públicos realizados pelo poder judiciário. Decisão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), na última segunda-feira, 20 de abril, determina a suspensão do prazo de validade de concursos em andamento, em de-

corrência da crise de saúde mundial provocada pelo Covid-19. Desta forma, enquanto permanecer o estado de emergência e suspensão, inclusive, de provas de novos concursos ainda não finalizados, conforme determinação em março, também está paralisada a contagem do prazo de validade dos certames já concluídos.

A suspensão do prazo de validade abrange todos os concursos cujos prazos de validade não tenham expirado até a publicação do decreto legislativo 6 de 2020, de 20 de abril.

A conselheira Flávia Pessoa reforça que a medida tem por objetivo resguardar o interesse público e os candidatos aprovados em certames, enquanto durar o estado de calamidade pública. Também visa preservar o desgaste, perdas de recursos orçamentários gastos na realização das seleções.

OCNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema ju-



diciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua missão é a de desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça suspende soltura de grupo preso por tráfico de drogas em Cametá

Nove acusados seriam liberados via alvará de soltura.

Por G1 PA — Belém

26/04/2020 11h56 · Atualizado há 9 horas



A Justiça estadual suspendeu os alvarás de soltura que colocariam em liberdade nove pessoas detidas por tráfico de drogas e por envolvimento com o crime organizado em Cametá, nordeste do estado. Os acusados continuarão presos preventivamente. As informações foram divulgadas no sábado (25).

Na última segunda-feira (20), o juízo da vara de combate ao crime organizado de Belém concedeu alvarás de soltura a Andréia Clivia Ribeiro Guedes, Paulo Marcos Barbosa dos Santos, Edson Gomes Corrêa, Igor Sanches Batista, Julilma Tavares Pinto, Natanael Pinheiro Barbosa, Elan Cardoso da Cruz, Franciel Freitas da Silva e Carlos Vitor Flexa Ferreira, todos presos em dezembro de 2018.

O juiz acolheu o argumento de defesa dos acusados, que alegou excesso de prazo na prisão preventiva. Ao tomar conhecimento da decisão, o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), com apoio do procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, recorreu, na terça-feira (21), ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) para suspender os alvarás de soltura.

No recurso, os promotores de Justiça integrantes do Gaeco apresentaram, entre outros argumentos, jurisprudências favoráveis à manutenção da prisão preventiva, o risco de a soltura comprometer a ordem pública e reforçaram a gravidade dos crimes praticados pelos acusados. O recurso destaca que “a permanência dos recorridos em liberdade incentiva a criminalidade e o descrédito nas instituições estatais”.

Entenda o caso

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As nove pessoas foram presas em 2018 durante a Operação Rouge, deflagrada pelo MPPA, com apoio da Polícia Civil, para desarticular organização criminosa voltada à comercialização de entorpecentes ilícitos e prática de outros delitos correlatos no município de Cametá.

Segundo as investigações, a organização criminosa utilizava uma rede de agentes para praticar uma grande quantidade de crimes, entre eles o tráfico de drogas, a associação para o tráfico, organização criminosa e roubo.

As atividades ilícitas ocorriam com o cadastramento dos pontos de venda de drogas, denominados “biqueiras”, bem como, dos criminosos responsáveis por estes pontos, dos quais se cobrava uma taxa mensal a título de contribuição com a “caixinha” desta organização criminosa.

Falta transparência do governo em relação a gastos públicos na pandemia, diz MPPA

Ministério Público ajuizou ação para obrigar que documentos relacionados à compra de produtos e contratação de serviços sejam disponibilizados na íntegra na internet.

Por G1 PA — Belém

26/04/2020 10h49 - Atualizado há 10 horas



O governo estadual está descumprindo, de forma reiterada, as obrigações legais de garantia da publicidade e transparência das despesas públicas durante a pandemia de Covid-19, alerta o Ministério Público do Pará (MPPA), que ajuizou ação civil junto à Justiça para que o governo seja obrigado a divulgar na internet, na íntegra, as licitações e os chamamentos públicos relacionados à contratação de serviços e aquisição de produtos durante o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. As informações foram divulgadas no sábado (25). O G1 aguarda posicionamento do Governo do Pará.

A principal atenção do MPPA é com os procedimentos envolvendo dispensas de licitação, modalidade em que a administração pública pode realizar a contratação direta de um fornecedor. Levantamento feito pelo MPPA revela que as informações disponibilizadas atualmente na internet pelo Estado não incluem dados essenciais, como, por exemplo, os contratos firmados ou demais peças das dispensas de licitação, que permitissem conhecer suas justificativas, analisar preços e prazos e as despesas liquidadas.

São requeridos na ação civil pública tanto o Governo do Estado como o auditor-geral do Estado, Giussepp Mendes, já que a Auditoria-Geral do Estado (AGE) é o órgão responsável pelo gerenciamento do acesso à informação, em especial, a fiscalização e implementação das obrigações dispostas no decreto estadual nº 1.359/2015, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Pará.

Para dar ampla publicidade às despesas públicas, o MPPA pede à Justiça que o governo estadual e o auditor-geral do Estado sejam obrigados a digitalizar e cadastrar, em cinco dias, a integralidade dos documentos que compõem os procedimentos licitatórios, finalizados e em andamento, especialmente de dispensa, bem como os chamamentos públicos, relacionados com o enfrentamento da pandemia da covid-19, os disponibilizando no endereço eletrônico www.covid-19.pa.gov.br.

Avião vindo de Manaus com 115 passageiros é proibido de pousar no Pará

Avião da Azul foi impedido de pousar em Santarém e seguiu para Altamira. Medida da Justiça proibiu que passageiros desembarcassem e aeronave teve que voltar para Manaus.

Por G1 PA — Belém

24/04/2020 20h27 · Atualizado há 2 dias



Voo que saiu de Manaus é impedido de pousar no Pará

Um avião da companhia Azul que decolou do aeroporto de Manaus com 115 passageiros foi impedido de pousar no aeroporto de Santarém, no oeste do estado, por uma determinação da Justiça. Após desvio, a aeronave pousou em Altamira, e depois retornou para Manaus.

Ao chegar a Santarém, a aeronave foi desviada para o aeroporto de Altamira. Em caráter de urgência, o Ministério Público do Pará moveu uma ação Civil Pública, que foi acatada pela Justiça, vetando o desembarque em Altamira, como medida de segurança sanitária de prevenção à pandemia do novo coronavírus. O avião pousou em Altamira por volta das 16h30. Nenhum passageiro saiu da aeronave.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Representantes da Polícia Federal e Secretaria de Saúde do Pará (Sespa) acompanharam a situação. Equipes da Polícia Militar isolaram o acesso ao aeroporto. Depois de cerca de duas horas de espera, o avião retornou para Manaus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Pará atende pedido do Ministério Público e mantém presos chefes do tráfico em Cametá

25 ABR 2020 - 18H03 | ATUALIZADO 25 ABR 2020 - 18H14



O Desembargador Mairton Marques Carneiro, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), acatou o pedido dos promotores José Augusto Sarmento, Pedro Paulo Crispino e Rodrigo Aquino Silva, do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Pará (MPPA), e suspendeu os efeitos do recurso que permitia a soltura de detentos acusados de tráfico de drogas no município de Cametá, na região nordeste do estado. A ação teve apoio do procurador-geral do MPPA, Gilberto Martins

O texto prevê o recolhimento dos alvarás de soltura, caso já tenham sido expedidos e suspensão dos que ainda seriam expedidos. No caso de algum dos citados já terem sido liberados, o desembargador recomenda à Secretaria de Estado de Assuntos Penitenciários (SEAP) a recaptura dos réus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As prisões dos acusados ocorreram durante a Operação "Rouge", deflagrada no dia 13 de dezembro de 2018, e que tinha como objetivo desarticular organizações criminosas do tráfico de drogas no município.

Durante a operação, foram cumpridos os mandatos de prisão contra Andreia Ribeiro, Paulo dos Santos, Edson Gomes, Igor Sanches, Julilma Tavares, Natanael Pinheiro, Elan Cardoso, Franciele Freitas e Carlos Flexa.

Um dos argumentos usados no recurso do MPPA diz que a liberdade dos acusados representaria um "incentivo a criminalidade" e que poderia comprometer a ordem pública.

COVID-19

Profissionais da enfermagem recorrem à justiça para assegurar equipamentos de proteção durante a pandemia

Rede pública e privada de saúde no Pará são alvo das ações para fornecer EPIs aos enfermeiros

25 ABR 2020 - 04:59 | ATUALIZADO 24 ABR 2020 - 22:43 | POR DA REDAÇÃO | [Compartilhar 40](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [LinkedIn](#) [Print](#)



Profissionais de saúde recebem EPIs em unidade de saúde - Crédito: Reprodução - Agência Belém

O Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará (Senpa) já protocolou mais de 30 Ações Civas Públicas na Justiça do Trabalho e na Justiça comum para garantir a segurança dos enfermeiros e técnicos em enfermagem durante atuação da pandemia de covid-19, cujo pico da contágio já está ocorrendo no Estado.

Até o dia 17 deste mês de abril, foram ajuizadas 31 ações, sendo 19 contra hospitais privados e 12 contra municípios e a Secretaria Estadual de Saúde (Sespa).

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Até então, 15 liminares já foram concedidas pelo Judiciário paraense em favor dos profissionais de enfermagem, que atuam na linha de frente do combate ao novo coronavírus.

Além dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o Senpa quer assegurar que as contratações dos profissionais de enfermagem pelas organizações sociais, contratadas pelo governo estadual para administrar os hospitais de campanha, além daquelas que fazem a gestão de unidades de saúde públicas em todo o Pará e também hospitais privados, que cumpram com a legislação trabalhista.

Até a noite desta sexta-feira, 24, no Pará havia 1.511 pessoas infectadas com a covid e 79 mortes pela doença. O Senpa faz o levantamento dos profissionais infectados, que já foram afastados por causa da contaminação.

Além de máscaras e luvas adequadas à proteção dos profissionais de saúde, eles precisam de aventais específicos, entre outros equipamentos para atender aos doentes com segurança.

Rede pública e privada de saúde são semelhantes nos problemas de falta de EPIs

De acordo com a presidente do Senpa, Antônia Trindade, tanto hospitais das redes pública municipal e estadual no Pará, estão com a prestação do serviço público precária, com insuficiência de EPIs e superlotação.

Especificamente em relação aos empregadores privados, o Senpa já solicitou o afastamento e realocações de vários enfermeiros integrantes de grupo de risco, pois muitos profissionais estão sendo mantidos na linha de frente do tratamento dos pacientes com suspeitas ou já com a doença comprovada, mesmo apresentando comorbidades.

No caso dos municípios, as ações serão protocoladas no Tribunal de Justiça, em função do vínculo jurídico-administrativo.

A Justiça tem assegurado que os hospitais, secretarias de saúde dos municípios e a Sesp, além das organizações sociais que administram hospitais públicos, garanta o fornecimento dos EPIs aos enfermeiros e técnicos; que elaborem um plano de ação e prevenção, bem como afastamento ou realocação do enfermeiro de grupo de risco.



Aterro sanitário deve ter responsabilidade conjunta

Prefeitura de Belém vê a formação de consórcio intermunicipal como solução para a gestão de resíduos sólidos da Região Metropolitana



Valéria Nascimento

25.04.20 18h00

Já foram assegurada liminares contra as seguintes entidades: Instituto Ovídio Machado (Distrito Sanitário Indígena GuamáTocantins/Belém - Justiça determinou a elaboração de plano de ação e prevenção, bem como o fornecimento imediato dos Equipamentos de Proteção Individual.

Também foi determinado que que não seja alterada a jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem a OS Pacaembu, que administra o Hospital Abelardo Santos, além do hospital de campanha do Hangar, em Belém. a liminar também inclui o fornecimento imediato de Equipamentos de Proteção Individual aos profissionais.

Foi determinado que a OS afaste imediatamente o enfermeiro integrante de grupo de risco, mediante comprovação da situação por laudo ou atestado médico, sem prejuízo de seu salário.

No hospital da Ordem Terceira, a justiça concedeu liminar para que a administração comprove o fornecimento regular dos Equipamentos de Proteção Individual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No Hospital Porto Dias a liminar concedida pela justiça requer a apresentação do plano de ação e segurança para a categoria, bem como que informe como está ocorrendo a efetiva distribuição dos Equipamentos de Proteção Individual e coletiva e qual a sua quantidade.

No Hospital Amazônia, a liminar determina o fornecimento imediato de Equipamentos de Proteção Individual aos profissionais de saúde.

Na Pró-saúde, que administra o Hospital Público Yutaka Takeda, em Parauapebas, Hospital 05 de Outubro, em Canaã dos Carajás, Hospital Porto Trombetas, em Oriximiná, Hospital Regional do Baixo Amazonas – Doutor Waldemar Penna, em Santarém, Hospital Regional Público da Transamazonica, em Altamira, Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, em Ananindeua, Hospital Regional Público do Sudeste, em Marabá, Hospital Materno Infantil, em Barcarena, Hospital Público Estadual Galileu e Hospital Oncológico Infantil, em Belém, a medida liminar determina o imediato fornecimento aos profissionais da enfermagem de Equipamentos de Proteção Individual,.

No caso da OS - INDSH, que administra a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia Doutor Vitor Moutinho, em Tucuruí, Hospital Regional Público do Marajó, em Breves, Hospital Regional Público do Leste, em Paragominas, Hospital Geral de Tailândia, em Tailândia; Hospital Geral de Ipixuna do Pará, em Ipixuna do Pará, também foi concedida liminar determinando o fornecimento imediato de EPIs aos profissionais de saúde.

Antônia Trindade afirma que em todo o Pará há cerca de 11 mil profissionais de enfermagem atuando nas unidades de saúde públicas (federal, estadual e municipais), além dos hospitais privados.

Porém, ela assegura que a situação é semelhante em quase todas as unidades, com algumas especificidades entre as redes privada e pública. "O problema é no Pará todo. Temos recebido pelo de ajuda de profissionais de todo o Estado e temos recorrido à justiça, única forma de exigir que tenhamos segurança para trabalhar, tanto para atuar diretamente com o paciente com a covid-19, como para assegurar nossos direitos trabalhistas", ressalta a presidente do Senpa.

A Prefeitura Municipal de Belém acredita que a formação de um consórcio intermunicipal na Região Metropolitana assegura mais chances de se elevar a capacidade técnica e de gestão na escala de tratamento de resíduos sólidos, para os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. Com esse propósito, a PMB anuncia que está concluindo o processo licitatório para contratação de uma consultoria especializada em modelagens de consórcio intermunicipal para gestão dos resíduos sólidos na RMB.

Em julho de 2019, uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Estado (TJE), em Belém, presidida pelo desembargador Luis Gonzaga Neto, decidiu pela continuação do funcionamento, por mais dois anos, do Aterro Sanitário de Marituba, único espaço licenciado para a disposição final dos resíduos da Região

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Metropolitana, enquanto os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, buscam um aterro definitivo.

Os aterros sanitários são obras complexas, que exigem constante manutenção. A Secretaria Municipal de Saneamento de Belém (Sesan) reitera que nenhum município pode prescindir de um aterro sanitário como etapa final da cadeia produtiva do lixo. O que varia é o tamanho do lugar e o nível de sua disposição sanitária e ambiental adequada, em função das tecnologias de tratamento dos resíduos utilizadas.

A Prefeitura de Belém já realiza a coleta e o transporte do lixo para a destinação final no aterro de Marituba. A coleta domiciliar na capital é dividida em 41 roteiros diurnos e 40 noturnos, de segunda a sábado. No domingo são coletados resíduos de feiras e mercados, complementando a coleta nesses espaços, que também ocorre em outros dias da semana.

De acordo com a Sesan, cerca de 340 trabalhadores estão envolvidos na coleta de resíduos da cidade, em 45 caminhões. Diariamente, cerca de mil toneladas de resíduos procedentes da coleta domiciliar são recolhidas e enviadas ao aterro sanitário de Marituba, e 500 toneladas de entulho são destinadas para o Aurá, desativado em 2015, ano em que passou a receber apenas material inerte e não poluente.

A Sesan afirma que a utilização do Aurá demandaria um alto custo de investimento para um período curto de vida útil. "Pior cenário para que haja uma solução mais adequada para a Região Metropolitana de Belém. Insistimos também na importância de participação do Estado do Pará, justamente por se

tratar de Região Metropolitana e em face das obrigações decorrentes do Estatuto da Metrópole", diz a Sesan, por meio de um comunicado.

TRABALHO

Faltando pouco mais de um ano para o aterro sanitário de Marituba parar de receber resíduos sólidos, em maio de 2021, a PMB avança para fechar a contratação da consultoria especializada que contribua para a definição da modelagem para o tratamento e destino final dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belém.

A Procuradoria Geral do Município de Belém protocolou junto ao Ministério Público em Marituba, em 2 de março de 2020, a proposta de um cronograma de trabalho para a criação do consórcio, bem como propôs a elaboração da modelagem técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços.

"O município de Belém aguarda a conclusão do processo licitatório para contratação da consultoria, que é fundamental para que se encontre a solução definitiva após o esgotamento da capacidade do aterro em funcionamento. As propostas que foram apresentadas pelo município de Marituba não foram compartilhadas para que se pudesse examinar sua conveniência técnica e econômica. Apenas um estudo pormenorizado pode apontar caminhos pra solução de tal problema", observou o prefeito Zenaldo Coutinho.

Todo sistema biológico precisa de equilíbrio



Aterro sanitário de Martuba (Oswaldo Fortes / Arquivo O Liberal)



Aterro sanitário de Marituba (Oswaldo Forte / Arquivo O Liberal)

Um aterro sanitário funciona como um sistema biológico: recebe resíduos que entram em decomposição, gerando gases e chorume, o líquido poluente, de cor

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

escura e odor nauseante, originado de processos biológicos, químicos e físicos da decomposição de resíduos orgânicos. O trabalho principal de um aterro sanitário é controlar esse processo de tratamento, direcionar o chorume para o tratamento e os gases à queima.

O aterro de Marituba opera 24 horas, de segunda a sábado. Aos domingos, fecha às 16h. Ele funciona para o recebimento e o tratamento dos resíduos. "Então, há todo um trabalho de se preparar as células, impermeabilizar o solo, direcionar a drenagem dos gases emitidos e do chorume. O aterro funciona dentro das normas legais e técnicas e vem atendendo a contento, inclusive, fizemos pesquisas de opinião com a população, os moradores reconheceram que muitas questões melhoraram significativamente", afirma o diretor regional da Guamá Tratamento de Resíduos, Ângelo Castro.

Ele informou que, por dia, chegam aproximadamente 1.300 toneladas, o que em média dá 40 mil toneladas/mês. "Há uma atenção especial em relação ao odor, que é inerente da atividade de um aterro. Mas estamos atentos a isso, o que envolve cobertura diária de resíduos, aumento da quantidade de drenos de gases e a queima desses gases, que também ameniza a geração de odores. As lagoas que acondicionam o chorume estão totalmente fechadas, cobertas, isso ajuda também a minimizar o odor".

Há um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) emergencial assinado em 2018 junto ao Ministério Público, que prevê medidas de tratamento dos resíduos, chorume e gases. "Nós estamos em interação constante com o MP e com a UFPA (Universidade Federal do Pará), pela Fadesp (Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, que apoiam essas medidas. Ainda existem algumas medidas pendentes que dependem de licenciamento da Semas, e isso

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

já colocamos recentemente para o MP. Mas entendemos que o TAC está adimplente pela empresa", disse o diretor da Guamá Tratamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br